



Anais da Assembléia

Nº 92

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE AGOSTO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CÉZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kleise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rógério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 11:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldi - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT - 07:** Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Nair Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB - 03:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB - 12:** Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademár Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pêrides de H. Mello; **PL - 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 70.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 1994

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Domingos Carvalho e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Anibelli, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Preis, José Afonso Júnior, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Costenaro Neto, Doutor Rosinha, João Iensen, José Arthur Ritti, Mário Bezerra, Namir Piacentini e Nilton Servo (10). Achando-se em licença a Senhora Deputada Emilia Belinati (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1806

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 02.08.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 1805

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, votação em bloco para as Proposições de Veto nºs 037/94, aposto ao Projeto de Lei nº 757/93; 039/94, aposto ao Projeto de Lei nº 606/93 e 043/94, aposto ao Projeto de Lei nº 764/93, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão, itens 1, 2 e 3.

Sala das Sessões, em 02.08.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 1796

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Inês Lamers, ocorrido no dia 22 de julho, no Município de Castro - PR.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Romário Martins, nº 1550, Castro - PR.

Sala das Sessões, em 02.08.94.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 22 de julho de 1994, faleceu a Senhora Inês Lamers. Seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

E, hoje entristecidos, desejamos endereçar à família enlutada, votos de pesar, rogando a Deus que conforte a todos.

REQUERIMENTO Nº 1797

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Senhor José Leão Napoli, ocorrido no dia 31 de julho do corrente ano no Município de Castro - PR.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, 141, Vila Rio Branco, Castro/PR.

Sala das Sessões, em 02.08.94.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 31 de julho de 1994, faleceu o Senhor José Leão Napoli. Seu passamento, veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

Hoje, entristecidos, desejamos endereçar à família enlutada, votos de pesar, rogando a Deus que possa confortar a to-

dos.

REQUERIMENTO N° 1803

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Leonardo Euclides Copetti, ocorrido em data de 26 de julho de 1994, no Distrito de Vila Nova, Município de Toledo, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.08.94.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Um pioneiro se vai. Toda a população de Vila Nova, Toledo e região chora a sua morte.

Um homem de valor para o Paraná que deixa saudade eterna pelo exemplo que era em vida. Firme, decidido e brava gente, que desde abril de 1951 ajudou desbravar uma terra desconhecida, rasgando a bruta mata com muito sacrifício, transformando-a na terra mais produtiva do Estado, que hoje é considerada Celeiro do Paraná.

Vereador em Toledo, Legislatura de 1969 a 1973, Leonardo Euclides Copetti deixa viúva a Sra. Olívia Copetti e 5 (cinco) filhos.

A Assembléia Legislativa do Paraná se associa à dor da família enlutada e do povo de Toledo, transmitindo as condolências para esposa, filhos e parentes.

REQUERIMENTO N° 1804

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Egydio Jerônimo Munaretto, ocorrido no dia 03 de julho de 1994, na Cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.08.94.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Diretor-Superintendente da FRIGOBRAÁS - SADIA em Toledo desde 1972, a pessoa de Egydio Jerônimo Munaretto ficou destacada, respeitada e admirada em todo o Estado do Paraná, não somente pela sua capacidade administrativa empresarial, mas principalmente pelo caráter, o modo de ser, de sentir e de agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo.

Perde o Paraná uma das pessoas mais cultas, inteligentes e dinâmicas e a Assembléia Legislativa de nosso Estado se associa à dor da família enlutada, transmitindo suas condolências à esposa, filhos, parentes e amigos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 267/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Fundação Serafim Meneghel", com sede e foro na cidade de Bandeirantes.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.94.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Serafim Meneghel, fundada em 05/08/1992, na Cidade de Bandeirantes, é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza filantrópica beneficente, com sede e foro na cidade de Bandeirantes-PR, no imóvel denominado Dr. Leocádio José Correia, na zona rural do município, à margem da Rodovia BR-369, km 51, e, devidamente, instituída pela escritura pública de constituição da Fundação Serafim Meneghel, lavrada às fls. 110, do livro 083, do Tabelionato de Notas e Protestos, de Maria B. Maufio Zanoni, da Comarca de Andirá, Estado do Paraná. É reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Municipal n° 1819/93, da Câmara Municipal de Bandeirantes.

A Fundação Serafim Meneghel tem por objetivo promover o bem-estar, a proteção e a integração moral, social e cultural de crianças carentes e abandonadas; moradia gratuita à velhice pobre, desamparada ou inválida; a pesquisa, o ensino e ou outras atividades de caráter científico, educacional, cultural, literário, artístico ou social.

Iniciou suas atividades em 1992, com 16 crianças de 7 a 12 anos. No ano de 1994, em agosto já abrigava 33 meninos, na faixa de 7 a 15 anos, em atividades diversas no núcleo da Fazenda Leocádio José Correia.

Seus diretores não percebem nenhuma forma de remuneração ou benefícios.

Assim, tendo em vista, que a documentação, em anexo, está de acordo com a Lei 6.944/78, aguardamos a aprovação pelo Plenário dessa Assembléia Legislativa de sua declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI N° 268/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga a sede do Município de Sengés ao Município de Doutor Ulysses, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.94.

(aa) ANIBAL KHURY

ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Crítico o problema de conservação de rodovias em todo o País, no Estado do Paraná, embora menor, existem trechos rodoviários em estado lastimável dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Dentre eles, situa-se a estrada que liga a sede do Município de Sengés ao Município de Doutor Ulysses.

Trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras, devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento de regiões produtoras e, conseqüentemente o progresso do Estado.

Não dispondo de recursos indispensáveis à conservação da mesma, propomos o referido projeto de lei, contando com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 269/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - CIS-COMCAM, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 02.08.94.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O CIS-COMCAM constitui-se sob a forma jurídica de sociedade civil, sem fins lucrativos, tendo como finalidade assegurar a prestação de serviços de saúde de segunda linha à população dos municípios consorciados, de maneira eficiente, eficaz e igualitária. Viabilizar a existência de infra-estrutura de saúde regional na área territorial do consórcio.

Trata-se das mais nobres tarefas de promover o bem mais precioso do ser humano que é a saúde. Motivo pelo qual pedimos aos nobres Pares a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 270/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a "Assistência Social e Recuperação do Lar Vale da Bênção", com sede e foro na cidade de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O voluntariado da caridade é fator preponderante junto às famílias carentes. É salutar encontrar numa comunidade, voluntárias dispostas a dedicar parte de suas vidas a defender seus semelhantes, e mais grandioso ainda, se ter pessoas dispostas a enfrentar o dia a dia em busca de soluções aos menos favorecidos pela sorte.

Assim é a Assistência Social e Recuperação do Lar Vale da Bênção, sediado nessa Capital, à Rua Blumenau, 16 - Cjto. Itatiaia - Bairro Santa Helena, onde há mais de cinco anos, se dedicam a praticar a caridade. Foram centenas de pessoas atendidas e que continuam recebendo essa mesma assistência na atualidade. Ao apresentarmos esse projeto de lei, o único objetivo é deixar essa instituição filantrópica, na sua condição jurídica de Utilidade Pública, pois os serviços relevantes que vem prestando nesses anos todos, já a credenciam para tanto.

PROJETO DE LEI Nº 271/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Almirante Tamandaré, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.94.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Almirante Tamandaré, entidade civil sem fins lucrativos, foi fundada em 08 de julho de 1949, e possui seu foro e sede no Município de Almirante Tamandaré, Região Metropolitana da Capital do Estado do Paraná.

Sua finalidade é proteger e dar assistência aos idosos, à maternidade e à infância em geral, zelando pelas necessidades básicas das pessoas carentes.

Além da proteção, existe a função de recreação e educação de crianças cujas

mães trabalham fora do lar, através da instalação de unidades creches.

Pelo trabalho que vem desempenhando junto à comunidade de Almirante Tamandaré, a entidade, objeto do plano de lei em epígrafe, merece a acolhida do Estado do Paraná, declarando-se a mesma de muita utilidade pública.

A entidade está de parabéns, pois muito urgem-se providências, como as tomadas por este exemplo de associação civil, em prol dos mais desavisados, carentes desprovidos.

Neste sentido, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, ao projeto de lei que ora apresentamos, por se tratar de matéria justa e meritória.

Não havendo oradores inscritos nem no Pequeno e nem no Grande Expedientes concedo a palavra ao Deputado Ernani Pudell no Horário da Liderança do PT.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este ano certamente será um dos anos mais importantes da história política do nosso País. Não teremos apenas a coincidência de eleições para praticamente todos os cargos públicos, à exceção de prefeitos e vereadores. Esta coincidência eleitoral permitirá, após 50 anos, tenhamos a possibilidade de substituir toda a elite, a classe política, o método e ação, uma forma de se fazer política que tem se revelado extremamente perniciosa para o povo brasileiro. Esta será certamente a oportunidade rara para permitir que este País consiga transformar a função política no serviço e na arte de trabalhar para a sociedade.

O povo brasileiro está com a sua paciência esgotada, não aceita mais, definitivamente, que a atividade política seja exercida como tem sido feita até agora, predominantemente como uma forma de enriquecimento e favorecimentos pessoais ou de grupo. A Nação está estarrecida e estas eleições trazem uma importância muito maior do que o calendário eleitoral anuncia.

É muito maior porque pela primeira vez em 500 anos da história brasileira poderemos ter, de forma inédita, uma força política popular, nascida nos sindicatos, nas associações de moradores, nos movimentos comunitários, nos movimentos sociais, nas universidades, na juventude, nos sem-terra. Enfim, poderemos ter, pela primeira vez, uma força política que realmente nasceu do povo trabalhador deste País a possibilidade de conquistarmos o poder maior do Governo Federal. Esta é a grande disputa que essas eleições permitirão fazer. O

Brasil terá dois caminhos a adotar: terá o caminho do continuismo, o continuismo dessas elites que só têm competência para iludir o povo. O continuismo do fisiologismo, da exclusão social, econômica e cultural da maioria do nosso povo, da corrupção, da influência das empreiteiras, do predomínio dos banqueiros. Do fisiologismo das velhas raposas políticas.

Embaladas num plano fabricado de acordo com o calendário eleitoral e que busca criar uma imagem passageira de uma estabilidade que sabemos: não será permanente se esse País não fizer reformas estruturais na sua economia e na sua sociedade. De outro lado temos um outro caminho, o caminho dos patriotas que acreditam que defender esse País é acima de tudo defender a dignidade da sua gente, do seu povo; é defender um projeto de Nação, um projeto de desenvolvimento onde não possamos mais assistir cenas como aquelas que hoje, essa semana foram publicadas na revista Veja do cotidiano, da banalização dos pequenos cadáveres de crianças que morrem por esse País a fora simplesmente porque não receberam água tratada.

Queremos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, construir uma Nação de cidadãos, porque hoje esse País tem os cidadãos de direito e de fato, de um lado uma pequena minoria, e de outro cidadãos apenas de direito, porque de fato não têm emprego, porque de fato não têm onde morar, porque de fato não têm terra para plantar, porque são humilhados, maltratados nas filas dos postos de saúde dos hospitais; são cidadãos de direito apenas porque seus filhos não podem ir às escolas porque não têm um salário digno para alimentar a sua família.

A eleição de Lula representa esta revolução social que o Brasil tanto espera há 500 anos, uma revolução construída na democracia, fruto da luta, do amadurecimento, da organização do povo brasileiro que quer tomar para si os destinos dessa Nação. Sabemos que não será uma luta fácil porque contra nós se unem todos os interesses anti-populares na maioria união de forças da elite que a história desse País já assistiu.

O candidato que representa as elites nesse momento, cujo nome assemelha-se a fórmulas de veneno, vem como um ventríloquo aqui nesse País a repetir as teses e as receitas que o Banco Mundial, que o FBI ditam para nós do 3º mundo. Faz campanhas milionárias com aviatas pousando e subindo nas cidades brasileiras sustentadas pelo dinheiro dos banqueiros desse País. Unem-se a eles, além dos banqueiros, o grande império da mídia Nacional que manipula a opinião pública, que manipula a consciência de um povo sofrido, humilde desse

País. Enfrentamos os latifundiários, enfrentamos os oligopólios, as empreiteiras.

Mas fiquem certos Senhores Deputados de que esse País merece uma mudança, aliás eu diria este País não pode mais adiar a mudança necessária, e eu tenho a certeza de que Deus irá iluminar a mente, Deus há de tocar o coração de cada um dos brasileiros, especialmente daqueles que foram tocados pela sorte que hoje têm condições econômicas favoráveis, que tiveram acesso à Educação, que têm o privilégio de receber, cotidianamente a informação, e possam se somar a nós nesta luta, que eu tenho certeza é a luta de todos os patriotas.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário do PMDB concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de, neste instante, usar a tribuna para destacar dois Requerimentos, da minha autoria, que estão sobre a Mesa, e que possivelmente serão aprovados, logo mais pelo Plenário desta Casa.

O primeiro, voltando uma vez mais, ele é dirigido ao Ministro dos Transportes, ao Superintendente do DNER, aqui da Capital do Paraná, no que diz respeito à BR-277, ligando Curitiba a Foz do Iguaçu. O trecho, principalmente do Rio da Areia, de Irati até o Relógio, continua naquele estado caótico, estado de mais completo e puro abandono. Existe uma empresa que está fazendo um trabalho de tapa-buraco, mas na verdade o que precisa é um recapeamento, de ponta a ponta.

O segundo Requerimento que está sobre a Mesa, ele diz respeito às nossas ferrovias. O Estado do Paraná está fazendo um enorme esforço para poder construir a Ferroeste, ligando de Guarapuava até Cascavel - Foz do Iguaçu, com recursos do Tesouro do Estado. O Paraná todo está acompanhando e até aplaudindo esta obra do Governo do Estado, sonhada, reivindicada há mais de décadas, naquela região.

Mas, ao mesmo tempo em que o Estado, com grande sacrifício vem construindo a FERROESTE, o próprio Governo Federal, através da Rede Ferroviária Federal, já desativou, há algum tempo o trecho que liga Irati a União da Vitória. Já há muito tempo aquela Ferrovia que serviu como um ponto de apoio dos mais importantes para o Estado do Paraná está desativada. Com os nossos protestos, com a nossa contestação, ela mesmo assim foi desativada.

Mas o que mais me preocupa, o que mais

me choca, nestes últimos dias, exatamente passando por alguns municípios, principalmente na região de Mallet, é que estão retirando os trilhos da ferrovia. Estão destruindo uma ferrovia que já existe, que está pronta, e que poderá servir de suporte à FERROESTE!

Os nossos companheiros, representantes da região de União da Vitória, o Annibelli, o Valdir Rossoni, o próprio Secretário da Casa, Anibal Khury, não podemos aceitar, pacificamente, calados, a retirada dos trilhos daquela ferrovia! Isto quer dizer que a região de União da Vitória, muito especificamente, a região de Biturina, da terra do meu companheiro Valdir Rossoni, de Mallet, de Cruz Machado... não existe produção agrícola, não existe produção nenhuma.

Estou encaminhando este requerimento hoje para a Superintendência da Rede Ferroviária Federal, mandei um fax no dia de ontem, e gostaria, imensamente, que a Imprensa nossa da capital, que os parlamentares que representam conosco aquela região, pudessem fazer esta denúncia em todos os recantos. Porque é inadmissível o Estado construindo a Ferroeste com enorme sacrifício e, ao mesmo tempo, o Governo Federal através da Rede Ferroviária retirando, destruindo aquilo que foi construído com os recursos públicos, com o dinheiro do povo do Paraná. Com um menosprezo a toda população do Centro Sul e do Sul do Estado do Paraná.

Por isso, independente do Requerimento, seria importante que a Bancada que representa União da Vitória, pudesse também, através do Ofício, Fax, Telefone exigir a paralisação da retirada dos trilhos daquela ferrovia. Porque é impossível assistirmos um quadro desta natureza e ficarmos calados. Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoridade do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Dire-

toria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury e Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições de Veto nºs 037/94, aposto ao Projeto de Lei nº 757/93; 039/94, aposto ao Projeto de Lei nº 606/93 e 043/94, aposto ao Projeto de Lei nº 764/93, constantes na Ordem do Dia da presente sessão, itens 01, 02 e 03. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, solicitando a inversão da Ordem do Dia, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/94, autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública o Lar São Vicente de Paula, com sede e foro na Cidade de Ibaiti. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 81, de 21.06.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 240/94

P A R E C E R:

O Projeto de Lei de nº 240/94 de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, objetiva declarar de Utilidade Pública o Lar São Vicente de Paula, com sede e foro na Cidade de Ibaiti.

O presente projeto se encontra em condições de ser analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, dado a sua condição legal, constitucional e regimental, emitindo, portanto, parecer favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/94, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que altera a redação do Art. 1º da Lei nº 6.531, de 22 de abril de 1974, que declarou de Utilidade Pública a Associação

de Assistência Social de Curitiba - AMAS de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 80 de 20.06.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 229/94

P A R E C E R:

De autoria da Deputada Emilia Belinati que altera a redação do art. 1º da Lei nº 6531 de 22 de abril de 1974, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social de Curitiba - AMAS - Curitiba.

Analisando a alteração do art. 1º do projeto em epígrafe, constatamos que nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça inexistem óbices de natureza constitucional, regimental à normal tramitação da matéria pelo Plenário desta Casa Legislativa, e sendo assim opinamos favoravelmente.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/94, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública a Fundação Educacional de Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 76 de 14.06.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 218/94

P A R E C E R:

De autoria da Deputada Emilia Belinati, o Projeto de Lei nº 218/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Fundação Educacional de Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias, com sede e foro nesta Capital.

Da análise do referido projeto, em razão de o mesmo atender às exigências da Lei nº 6.994/78, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 28.06.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 080/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que dispõe da proteção à fauna ameaçada de extinção no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.M.A.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 22, de 21.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 80/94

P A R E C E R:

O plano de lei visa à proteção da fauna ameaçada de extinção no Estado do Paraná.

O Paraná, - como Estado federado - além das competências residuais e aquelas expressas tem a titularidade das competências em comum, competências concorrentes e competências suplementares.

Visa, portanto, o signatário do projeto de lei, suplementar atividade da União.

Nestas condições, não há óbices constitucionais ou legais nem de ordem técnica ou regimental.

Somos de parecer favorável à sua aprovação, s.m.j..

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.04.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PROJETO DE LEI N° 080/94

P A R E C E R:

Analisando o projeto de lei em epígrafe, no que diz respeito a seus aspectos de ordem técnica e regimental, não encontramos óbices para sua normal tramitação até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Trata-se de matéria das mais louváveis, motivo pelo qual recebeu apreciação favorável por parte da douta C.C.J..

Recebe, portanto, desta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, 22.06.94.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 06

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 709/93, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Felisberto, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. 170/93, de 01.12.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 709/93

P A R E C E R:

Propôs o autor que seja declarada de Utilidade Pública a Comunidade Felisberto, com sede e foro no Município de Curitiba, conforme especifica.

Por ter atendido o disposto no inciso III, do Art. 1° da Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, conforme solicitado, e após análise constitucional, legal e regimental, nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

ITEM 05

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 624/93, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Ouro Verde, com sede e foro no Município de Sengés - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 146/93, de 21.10.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 624/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 624/93, de autoria dos nobres Deputados Anibal Khury e Erondy Silvério, propõe declarar de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores do Bairro Ouro Verde", com sede e foro no Município de Sangés.

Submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, o proposto se encontra em condições de tramitar nesta Casa de Leis, visto cumprir as exigências legais, regimentais e constitucionais em vigor.

Portanto, somos de parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

ITEM 04

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 614/93, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança de Assis Chateaubriand. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 145/93, de 20.10.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 614/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 614/93, objetiva declarar de Utilidade Pública o "Conselho Comunitário de Segurança de Assis Chateaubriand", com sede e foro na Cidade de Assis Chateaubriand.

Apresentado inicialmente à apreciação da douta Comissão de Constituição e Justiça, a matéria foi devolvida pelo então relator para diligência, visto não ter sido cumpridas algumas exigências de caráter legal. Submetida então à nova apreciação, observa-se que a mesma se encontra em condições para tramitar nesta Casa de Leis, possibilitando-nos emitir parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

De conformidade com o Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Tavares, acima aprovado, faremos a votação em bloco.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 037/94, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 757/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga a BR-277 - Vila União - no Município de Cêu Azul, ao Município de São Pedro do Iguaçu. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 064/94

Curitiba, 09.05.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 072/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 757/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, eis que não tem objeto porque a questionada rodovia já integra o Sistema Rodoviário Estadual, conforme dispõe o Decreto nº 3.016, de 15 de março de 1994.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a esta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 757/93 encontra-se publicado no D.A. nº 177/93, de 13.12.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 757/93

P A R E C E R:

O veto ao projeto de lei em exame fundamenta-se no fato de que o trecho rodoviário ao qual propunha a estadualização, já integra o Sistema Rodoviário Estadual, conforme disposições do Decreto nº 3016, de 15 de março do corrente ano.

Procedida à análise constitucional e regimental da proposição em epígrafe, observou-se que a mesma atende aos prazos e procedimentos exigidos, o que a torna em condições de ser submetida à apreciação do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 039/94, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 606/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Institui a Semana Estadual do Jovem, e dá outras providências. Com relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT nº 083/94

Curitiba, 10 de maio de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 05/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 606/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo instituir a Semana Estadual do Jovem, a ser comemorada, anualmente, nos últimos sete dias do mês de novembro, prevendo, também, a participação dos órgãos de comunicação do Estado na publicação e divulgação de matérias alusivas à juventude e estabelece outras providências.

A negativa de sanção ao questionado plano de lei decorre de informações das Secretarias de Estado da Educação e da Cultura, que se manifestam contrariamente ao seu acolhimento, pelo fato de que as ações preconizadas pelo projeto já são realizadas, em diferentes épocas, por ocasião da Semana dos Jogos Escolares, a qual não se prende apenas a jogos, mas abrange também uma série de outras programações, culturais e concursos, conforme previstos em seu art. 3º.

Portanto, a fixação de um período determinado para a realização desses eventos, além dos mencionados jogos escolares que, inclusive, contam com a participação da Secretaria de Esporte e Turismo, dificultaria o cumprimento do Calendário Escolar, que deve ter um mínimo de duzentos dias letivos no ano, razão que, indubitavelmente, contraria aos mais altos interesses públicos.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 606/93 encontra-se publicado no D.A. nº 143/93, de 18.10.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 039/94

P A R E C E R:

A Proposição nº 039/94 traz veto apostado ao Projeto de Lei nº 606/93, que tem por finalidade instituir a Semana Estadual do Jovem, de autoria do Deputado Namir Piacentini.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, o mesmo está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 14.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 043/94. Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 764/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que autoriza o Poder Executivo a disciplinar a forma de elaboração das folhas de pagamentos das pensões previdenciárias. COM RELATÓRIO da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT Nº 138/94.

Curitiba, 03 de junho de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 104/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 764/93, por julgá-lo inconstitucional, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a disciplinar, conforme específica, a forma de elaboração das folhas de pagamento das pensões previdenciárias, dispondo, ainda, que os órgãos pagadores das referidas pensões, deverão tomar as providências necessárias para o cumprimento da pretendida lei, em sessenta dias a partir de sua publicação.

A negativa de sanção ao questionado plano de lei decorre de sua flagrante inconstitucionalidade por conflitar com as disposições do inciso IV, do art. 66, da Constituição Estadual, que conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência para o início do processo legislativo de leis sobre tal matéria.

Não obstante o veto apostado ao presente projeto, a proposta nele contida deverá ser contemplada, após a conclusão de estudos que estão sendo desenvolvidos, pelos órgãos da Administração, responsáveis pela elaboração das folhas de pagamento, con-

forme a adiante transcrita informação da Secretaria de Estado da Administração:

... "1 - A discriminação das parcelas que compõem a remuneração das pensões previdenciárias é uma necessidade para que se possa efetuar, com precisão, os cálculos de revisão de pensões decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função que o servidor detinha.

2 - A administração pública consciente dessa necessidade, vem elaborando estudos para implementar tal providência. Nesse sentido, encontra-se em fase final de elaboração o Projeto "Se Vivo Fosse", de responsabilidade do Instituto de Previdência do Estado - IPE."...

Esses os motivos que me levaram a votar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 764/93, encontra-se publicado no D.A. nº 178/93, de 14.12.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 043/94
VETO GOVERNAMENTAL

P A R E C E R:

A presente proposição vota o Projeto de Lei nº 764/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que objetiva autorizar o Poder Executivo a disciplinar a forma de elaboração das folhas de pagamentos das pensões previdenciárias e que foi comunicação a esta Casa pelo Senhor Governador, através do Ofício DTL/SAT nº 138/94.

Procedida a análise constitucional e regimental da presente Proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos previstos no parágrafo 1º, do art. 71, da Constituição Estadual.

Diante do exposto, a matéria está em condições de ser submetida à consideração do duto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão votar com a cédula que contém a expressão SIM. Os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar com a cédula que contém a expressão NÃO.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Domingos Carvalho) -
(Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Vinte e quatro Senhores Deputados votaram.

Não há quórum para a apreciação dos vetos.

Fica suspensa a votação e os vetos incluídos na pauta da próxima sessão.

Sobre a Mesa, Requerimentos n°s 1803 e 1804, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1796 e 1797, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Nestas condições, declaro encerrada a

presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 037, 039 e 043.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 614, 624, 709/93 e 080, 218, 229, 240/94.

Levanta-se a sessão.